

Sarney corta auxílio para pequenas empresas

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney anunciou ontem de manhã no Palácio da Alvorada, antes de embarcar para a China, a suspensão, por tempo indeterminado, dos programas orçamentários destinados às pequenas e médias empresas, controlados pelo Ministério do Planejamento. Segundo ele, para evitar o "descontrole" e a "ingovernabilidade". A medida complementa a reação do governo à decisão de quarta-feira do Congresso constituinte de aprovar a anistia parcial da correção sobre empréstimos obtidos por pequenos e microempresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado. O presidente disse que a primeira medida foi tomada ainda antes de ontem após a votação, quando recomendou ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, "a suspensão das operações de custeio e investimento" para o setor agrícola dependentes de recursos do Tesouro Nacional.

O presidente Sarney não descartou novas medidas, "com o maior rigor" para manter a contenção do déficit

público, "sem o qual nós não lutaremos contra a inflação e não teremos condições de retomar o desenvolvimento sustentado". Disse que a área econômica do governo fará um levantamento sobre o custo exato que a aprovação das emendas representará para o Tesouro Nacional. Mas antecipou-se aos seus efeitos afirmando que "isto vai importar em um sacrifício gigantesco para o povo brasileiro".

Sarney disse que acha "preocupantes" algumas decisões do Congresso constituinte que implicarão gastos para o país. Declarou que os problemas econômicos acabam gerando os sociais, os políticos e os institucionais. "E o preço que se paga por tudo isso é o preço da democracia. Por isso temos que tomar algumas providências duras".

Na opinião do presidente "seria muito bom" que o Congresso constituinte "tivesse tido uma outra posição, uma visão mais profunda dos nossos problemas". Sarney afirmou que a aprovação da anistia "pode

colocar em risco todo o programa fiscal que estamos executando com grande sacrifício". Mas garantiu que não recuará da sua disposição de "salvar a política fiscal", apesar de serem altos os custos políticos das decisões que tem de tomar.

Crescimento

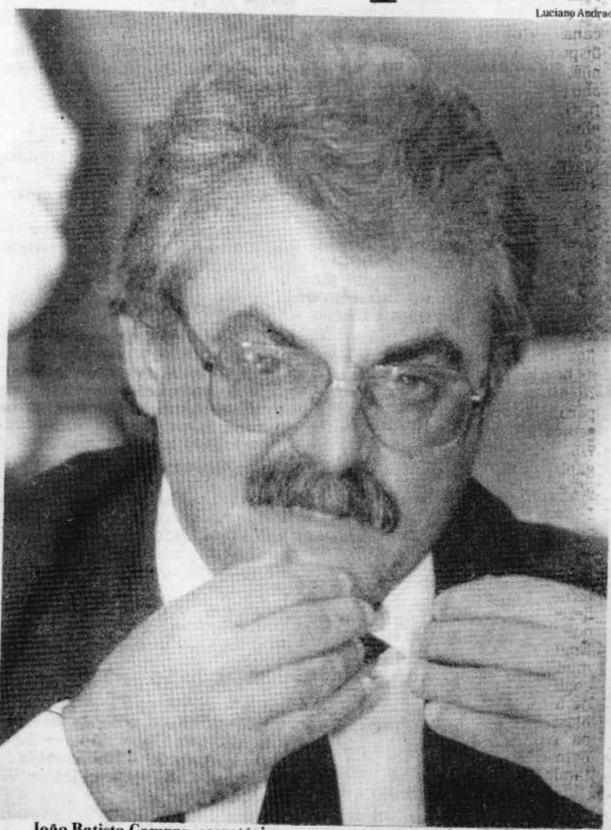
Indagado se as medidas do governo não provocariam recessão, Sarney declarou que o Brasil foi o país que mais cresceu no Ocidente nos últimos três anos. Segundo ele, foi registrado um crescimento de 21% e a taxa de desemprego manteve-se em torno de 4%, "quando ela era de 9% naquela época". Acrescentou que está havendo uma pequena elevação da taxa de emprego nos últimos meses, "mas se não tomarmos essas medidas evidentemente vamos cair no descontrole".

O presidente Sarney se referia a programas como a equalização das taxas de juros no refinanciamento das dívidas das médias, pequenas e microempresas, como determinam

as resoluções 1.335 e 1.337 do Conselho Monetário Nacional.

O ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, previu ontem "uma verdadeira avalanche de processos" judiciais sobre a anistia parcial aos microempresários, se o dispositivo aprovado antontem for mantido como está no segundo turno de votações do Congresso constituinte. Segundo ele, isto ocorrerá porque os bancos tentarão provar que os inadimplentes têm condições de pagar, com base nas garantias oferecidas antes da liberação dos empréstimos.

Costa Couto não quis comentar as declarações do ministro Iris Rezende sobre os cortes na agricultura. Segundo ele, o governo está examinando o impacto da anistia no orçamento da União, não estando descartado um possível aumento da carga tributária. O presidente interino da República, Ulysses Guimarães, disse que vai analisar com profundidade as repercussões da anistia nos bancos oficiais e privados.



João Batista Camargo, secretário para assuntos econômicos da Fazenda

Mansueto prepara emenda para eliminar restrições

Da Sucursal de Brasília

O deputado Humberto Souto (PFL-MG) e o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) informaram ontem que, na votação do segundo turno da Constituinte, vão apresentar emendas supressivas para eliminar a anistia aos produtores rurais o limite de propriedade de até cinco módulos rurais, introduzido pela emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE) e que reduziu o impacto do

perdão das dívidas sobre o Tesouro Nacional e sobre os bancos.

"Estou pensando em eliminar também o limite de empréstimo de 5 mil OTNs; vai depender apenas do comportamento do governo e das instituições financeiras", avisou o parlamentar, sem acreditar na determinação do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que ele classificou de "brincadeira" e de "tomada emocionalmente", de suspender os financiamentos governamentais para custeio agropecuário.

"Essa é uma transferência do setor especulativo para o setor produtivo", defendeu Souto, argumentando que fez a emenda da anistia "pensando no meu país": "sou um deputado de sete mandatos, não sou criança nem irresponsável; sou do governo votei nos cinco anos, mas penso no meu país", disse.

O deputado insistiu ainda que, de acordo com o levantamento feito por técnicos do Banco Central há um mês, a anistia indicava um gasto de

Cz\$ 400 bilhões, a preços de hoje, "mas grande parte já absorvida como prejuízo pelos bancos com 75% dos lucros do primeiro semestre do ano passado".

Mansueto pretende eliminar o limite de cinco módulos, segundo ele, porque na região Sudeste e Sul esse é o tamanho de uma propriedade produtiva, mas no Nordeste, onde a terra não é tão boa, o pequeno produtor tem que ter uma propriedade maior para obter resultados.

Febraban teme prejuízo para agricultores

Da Reportagem Local e da Sucursal do Rio

O diretor do setor agrícola da Federação Brasileira das Associações dos Bancos (Febraban), Aldous Albuquerque Galletti, disse ontem que "os pequenos produtores podem esquecer os recursos da rede bancária privada". Galletti explicou que a anistia a dívidas contraídas no Plano Cruzado limitará os créditos agrícolas dos bancos, o que prejudicará principalmente os pequenos produtores.

Galletti afirmou que a emenda aprovada na quarta-feira pelo Congresso constituinte provocará um rombo de cerca de Cz\$ 400 bilhões nos bancos privados e de Cz\$ 600 bilhões nas agências oficiais. "Este dinheiro não retornará para os créditos", disse. "Os bancos passarão a ter muito mais cuidado para emprestar dinheiro", afirmou. "Mais cuidado", explicou ele, significará emprestar somente com retorno garantido. A diminuição dos recursos provocará também um aumento dos juros para empréstimos em outras áreas, disse. Para se ter uma idéia do volume que representa os Cz\$ 400 bilhões, Galletti disse que todo o crédito agrícola dos bancos privados no ano passado ficou neste valor.

Segundo o diretor da Febraban, a anistia provocará "um tumulto" quando aumentarem os pedidos de empréstimos para a próxima safra, o que deve ocorrer a partir de agosto. "Todos vão pensar que foram anistiados", afirmou. Galletti explicou que o mesmo "tumulto" ocorreu em agosto do ano passado. A razão foi uma resolução do Banco Central em julho que anistiou parte da correção monetária de empréstimos feitos no Plano Cruzado. O novo "tumulto", na sua opinião, tem um fator complicador: a anistia entra em vigor 60 dias após a promulgação da Constituição, o que não deve ocorrer antes de agosto.

Ele acredita que a limitação da anistia para empréstimos de até 5 mil OTNs e para proprietários de no máximo cinco módulos rurais — feita pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE) — reduzirá "um pouco" o rombo dos bancos. Galletti comentou que para os bancos será muito difícil usar o conceito de módulo rural nos contratos, já que eles nunca tinham usado tal conceito. Ele próprio disse que mandou buscar ontem os valores dos módulos no



O presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio, Theophilo de Azeredo

Ações de bancos têm queda na Bolsa paulista

Da Redação

A Bolsa de Valores de São Paulo, que chegou a recuar 3%, acabou fechando ontem com uma queda de 0,8%. As ações dos bancos, as mais afetadas com a aprovação pelo Congresso constituinte da anistia para as dívidas a pequenos e microempresários urbanos e médios e pequenos rurais, tiveram o mesmo comportamento do índice, recuperando-se parcialmente no final do

pregão. Mesmo assim, no fechamento, a ação que liderou a baixa foi Banco do Brasil ON, com recuo de 13,6%; Bradesco PN registrou uma queda de 6,6%; Banco do Brasil PP, 5%; Itaú PN, 2,5%; as ações do Banespa PP recuaram 1,7%.

Os analistas consideram que o comportamento do mercado acionário indica que o impacto será seguramente menor do que os Cz\$ 780 bilhões antes projetados.

escritório regional do Ministério da Reforma Agrária em São Paulo. Módulo rural é a porção de terra necessária para a subsistência de uma família. Esta porção varia para cada local do país, de acordo com suas características econômicas. O conceito foi definido para ser utilizado na Reforma Agrária.

Outra consequência da anistia será o aumento da inadimplência nos bancos até a promulgação da anistia. Segundo Galletti, os níveis de inadimplência, cerca de 1% em maio na rede privada, nunca estiveram tão baixos (o normal fica entre

5% e 6%). A razão, explicou, é que há muito tempo os preços dos produtos agrícolas também não ficavam tão bons.

Segundo o diretor da Febraban, os bancos farão uma comparação entre os bons preços agrícolas e os saldos dos devedores e excluirão muitos produtores da anistia, principalmente os que plantaram soja, milho e algodão.

A anistia atrapalhou também uma mini-reforma agrícola que o governo estava planejando para a próxima reunião do Conselho Monetário Nacional no dia 13 de julho, informou

Galletti. Segundo ele, o governo pretendia fazer com que a rede privada aumentasse seus créditos agrícolas (estão atualmente em 60% dos depósitos privados para os bancos grandes, em 40% para os médios e 20% para os pequenos). "Os bancos não aceitarão isso agora", afirmou. Galletti relatou que, em telefonema para Brasília na manhã de ontem, ouviu de técnicos do Ministério da Fazenda que a reforma foi para a gaveta.

Rio

A anistia da correção monetária sobre as dívidas dos pequenos empresários urbanos e produtores rurais tem "sete pecados capitais", na avaliação do presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro, Theophilo de Azeredo Santos. O primeiro deles, segundo o banqueiro, é o "precedente perigoso do privilégio", ao qual se segue o "pecado" da injustiça social, porque a anistia favorece empresários e deixa de lado os assalariados.

O fato de que toda a sociedade irá pagar pela anistia conseguida pelos empresários é, segundo Azeredo Santos, o terceiro "pecado capital", sendo o quinto o corte de investimentos ou o aumento da carga tributária que serão adotados pelo governo para cobrir o "rombo" deixado pela anistia nas instituições financeiras públicas.

Segundo o presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, os pequenos empresários e produtores rurais ficarão, a partir de agora, sob permanente suspeição, sendo este o quinto "pecado da anistia". O sexto, pela sua classificação, é o fato de que os que pagaram as dívidas contraídas durante o plano Cruzado foram penalizados "por terem cumprido com seus deveres".

Azeredo Santos afirma que o sétimo "pecado" é "o oceano de ações judiciais" que virá a reboque da anistia obtida pelos empresários. "É um conglomerado de erros políticos, conjunturais e eventuais e, por ironia da história, foi um comunista que apresentou a emenda menos ruim", arrematou.

As empresas que se beneficiarem da anistia sofrerão retaliações por parte das instituições financeiras privadas: "as empresas que tiveram condição financeira de pagar suas dívidas e não o fizeram ficarão com seus cadastros prejudicados", disse ontem o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Cristiano Buarque Neto.

Suspensão do crédito para a agricultura começa hoje

Da Sucursal de Brasília

O chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos (Seae), João Batista de Camargo, informou ontem que a suspensão do crédito rural determinada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, entra em vigor hoje e atinge os empréstimos para custeio e investimento agrícola e pecuário deixando de fora apenas "os compromissos já assumidos (segunda parcela do financiamento ao trigo, por exemplo) e os empréstimos para comercialização". Segundo ele, as operações suspensas são aquelas que seriam feitas com recursos do Tesouro Nacional, repassados pelo Banco do Brasil, relativos a retornos de empréstimos anteriores.

Camargo explicou que a restrição alcança empréstimos de Cz\$ 33 bilhões neste mês de julho. "É uma medida de prevenção e foi tomada uma vez que não temos mais a certeza de que receberemos o retorno", disse ele, destacando que em julho o nível de empréstimos para custeio "é baixo" — cerca de Cz\$ 30 bilhões — diante do retorno previsto de Cz\$ 55 bilhões.

O secretário disse ainda que a "prevenção" do governo se justifica porque os cálculos exatos sobre o impacto da anistia ainda não são conhecidos, o que deve ocorrer apenas na semana que vem. Ele admitiu duas possibilidades: se os gastos forem grandes, capazes de comprometer a meta do déficit público de 4% do PIB este ano, "poderemos deixar de financiar a safra de verão da região Centro-Sul, por exemplo; ou aumentar o Imposto de Renda. No caso de ser menor do que as medidas que estão sendo tomadas por prevenção, elas serão suspensas e os empréstimos retomados.

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes, também defendeu a medida "mas como uma defesa, enquanto não temos o impacto efetivo". Ele descartou o aumento do IR como uma forma do Tesouro obter recursos adicionais para bancar o prejuízo.

Camargo explicou ainda que, na área de comércio e indústria não foi adotada nenhuma restrição porque o Tesouro não repassa recursos para esses setores, não afetando o nível do déficit público.

Ceag aconselha devedores a suspender os pagamentos

Da Reportagem Local

Durante todo o dia de ontem o telefone tocou na sede do Ceag (Centro de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa do Estado de São Paulo). Eram empresários interessados em obter orientação sobre o que fazer em relação à anistia aprovada pelo Congresso constituinte. Antonio Carlos Bonetti, secretário-executivo da entidade, aconselhou: parar de pagar e aguardar a promulgação da Constituição, quando começa a correr o prazo de 60 dias para a quitação das dívidas.

Ele aponta defeitos no texto aprovado: "Vai ser um rolo, vai dar uma complicação. A emenda está redigida de forma dubia. Haverá confusão geral na praça." O problema maior, para Bonetti, está na falta de uma definição mais precisa sobre o cálculo das OTNs para saber quem tem direito à anistia. "O texto fala que

serão favorecidas empresas com faturamento anual de até 25 mil OTNs. Mas qual OTN? Relativa a que mês? Com que indexação?"

Outra questão em aberto: como fica quem ainda está pagando, com correção monetária, mas já entregou ao banco muito mais do que deveria caso se leve em conta apenas o principal mais juros, conforme determina a emenda da anistia? Passa de devedor a credor? Ou entra no mesmo caso dos que estão com o "débito quitado", portanto excluídos do benefício? E se estiver excluído terá que continuar pagando até a liquidação total?

Bonetti chama de "inconsequente" e "demagógica" a anistia. Recorda a posição tomada pelo Ceag: acerto entre as partes como forma de preservar a livre negociação e manter o Estado afastado da economia. Se o quadro atual não é muito claro, ele alerta que pode piorar: basta que a anistia seja suprimida no segundo turno pelo Congresso constituinte.

Iris é contra suspensão de crédito agrícola

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, reagiu ontem à determinação do presidente José Sarney de suspender a concessão de empréstimos destinados ao custeio agrícola e pecuário que dependem de repasses do Tesouro Nacional, até que o governo tenha um quadro mais preciso sobre as consequências da aprovação da emenda anistando a correção monetária das dívidas de empresários e produtores rurais antontem pelo Congresso constituinte. "Não tem nenhum sentido a suspensão de recursos na agropecuária sobretudo porque se trata de um setor que está dando certo", afirmou Rezende.

O ministro deixou claro que não concorda com as restrições que deverão ser impostas pelo governo ao crédito agrícola para compensar o perdão da dívida. Seu principal argumento é de que o comércio e a indústria foram os mais beneficia-

dos pela anistia. "A dívida de empresários do comércio e da indústria alcançada pelo perdão na Constituinte é muito maior que a dos agricultores", argumentou. Rezende lembrou ainda que os agricultores já foram beneficiados no ano passado com a isenção do pagamento da correção monetária da dívida contraída durante o Plano Cruzado. A isenção atingiu a correção da dívida até agosto de 87 para os produtores do Centro-Sul e até janeiro de 88 para os do Norte e Nordeste.

A suspensão das operações de custeio, determinada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, por recomendação do presidente Sarney, foi considerada por Iris Rezende uma medida precipitada. Na sua opinião, a declaração de Mailson deve ter se baseado apenas na primeira votação ocorrida na Constituinte, que concedia a anistia de forma ampla, e não na segunda, que limitou o perdão aos produtores

RECURSOS QUE ESTAVAM PREVISTOS PARA JULHO	
	Cz\$ / bilhões
Custeio Agrícola	40,6
Custeio Pecuário	2,7
Investimento agrícola e pecuário	5,1
EGF (Empréstimo destinado à comercialização)	35,5
AGF (Aquisição pelo Governo Federal)	33,1
Custeio ao Trigo triticale	18,3
Total	135,3

Fonte: Ministério da Agricultura

com propriedades de até cinco módulos rurais. Com esta limitação, afirma Iris Rezende, a decisão da Constituinte não terá o impacto financeiro anteriormente previsto pelo governo.

A previsão inicial realizada pelos ministérios da Fazenda e Agricultura era liberar no mês de julho Cz\$ 43

bilhões para empréstimos de custeio agrícola e pecuário. Outros Cz\$ 18,3 bilhões seriam dirigidos exclusivamente para custeio da safra de trigo. Os recursos para investimento foram orçados em Cz\$ 5,1 bilhões, para comercialização da safra em Cz\$ 35,5 bilhões e para a compra pelo sistema de preços mínimos (AGF) em Cz\$ 33,1 bilhões. Com a decisão do governo de suspender os créditos de custeio, cerca de Cz\$ 83,7 bilhões ficam paralisados a partir de hoje.

O governo federal ainda não definiu o montante de empréstimos a ser concedido no mês de agosto. Somente no próximo dia 13 o Conselho Monetário Nacional vai se reunir para determinar os novos VBC (Valores Básicos de Custeio) e preços mínimos para a safra de grãos 88/89. Ou seja, a liberação maior de recursos para custeio agrícola só deverá ocorrer a partir de agosto próximo.